

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2023

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu art.º 1.º, prevê o funcionamento democrático dos órgãos executivos eleitos, garantindo às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais de natureza representativa, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei.

De acordo com o disposto no art.º 2.º daquele diploma, entende-se por oposição as atividades de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos Órgãos Executivos dos citados órgãos.

O art.º 3.º do Estatuto elenca os **titulares do direito de oposição** e, no que diz respeito às Autarquias Locais, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.

Para além destes titulares aqui citados, é também reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Nos termos do disposto no **art.º 10.º** do Estatuto, os órgãos executivos das Autarquias Locais **devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente** àquele a que se referam, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto. Este deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem e a pedido de qualquer dos titulares, poderá o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal.

Os direitos e garantias a que se refere o citado artigo do Estatuto, têm de se materializar no **direito à informação, no direito de consulta prévia** sobre as propostas dos respetivos orçamentos e grandes opções do plano, no **direito de participação** e no **direito de depor** (v.g. art.º 4.º, 5.º, 6.º e 8.º).

Referir ainda que conforme o disposto na alínea u), nº1, do art.º 35.º, do Anexo I, da lei 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é **competência do Presidente da Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação**. Já no que respeita aos órgãos do município, sobre esta matéria, e na supracitada Lei, existem ainda mais duas referências que importa aludir, por um lado e de acordo com a alínea yy), nº1 do art.º 33.º, **competete à Câmara Municipal, no âmbito das competências materiais dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição**, por

outro e nos termos do disposto na alínea h), n.º2, do art.º 25.º **competem à Assembleia Municipal discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;**

Em Vila Velha de Ródão e no âmbito do mandato autárquico 2021-2025, o Partido Socialista é o partido representado na Câmara Municipal, pelo Presidente e por 3 Vereadores, e representado na Assembleia Municipal com 12 membros eleitos, a que acrescem 4 Presidentes de Junta.

Conforme dispõe o art. 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, **são titulares do direito de oposição:**

- ✓ A coligação “Novo Rumo – **PPD/PSD.CDS-PP**”, estando representados na **Câmara Municipal com 1 vereador** e na **Assembleia Municipal com 3 membros eleitos**.

Nestes termos, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da al. u) do n.º 1 do art.º 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, elencam-se, seguidamente e de forma genérica, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição, durante o ano de 2021:

I – Direito à Informação (art.º 4º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No ano civil de 2023, os titulares do direito de oposição do Município de Vila Velha de Ródão foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, tanto de forma expressa como de forma verbal, da atividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do município.

No estrito cumprimento da lei, aos eleitos locais foram asseguradas:

- ✓ Informação escrita e detalhada acerca da atividade do município, bem como da informação referente à situação financeira do mesmo, a qual foi remetida, com os documentos da ordem do dia, a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- ✓ Em cumprimento do disposto na alínea x), do n.º 1, do art.º 35.º, do RJAL, aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação foi remetida à Assembleia Municipal a minuta das atas e as atas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas;
- ✓ Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores;
- ✓ Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal;
- ✓ Resposta, em geral, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- ✓ Todas as modificações e alterações registadas ao nível das Grandes Opções do Plano e ao Orçamento 2023 foram remetidas, em tempo útil, à Câmara Municipal, permitindo dessa forma aos eleitos locais da oposição acompanhar de um modo mais pormenorizado os instrumentos financeiros ao dispor;

- ✓ Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, através de afixação de editais nos lugares de estilo e publicitados na página eletrónica do Município;
- ✓ Disponibilização das atas do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, após aprovação, no *site* do município;
- ✓ Envio à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza;
- ✓ Possibilidade de acesso às instalações municipais e de contacto com os respetivos trabalhadores, tendo em vista a obtenção das informações necessárias ao cabal exercício do seu direito;
- ✓ Publicitação, no *site* do Município, de todos os documentos previstos na lei, designadamente:
 - Orçamento e Grandes Opções do Plano;
 - Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão;
 - Dívidas de e a terceiros;
 - Mapa de Pessoal, suas alterações e respetivos anexos;
 - Estrutura orgânica dos serviços;
 - Regulamento e tabela de taxas municipais e restantes regulamentos municipais;
 - Tarifários de abastecimento de água, saneamento e RSU;
 - Taxas do IMI, Derrama, IRS e TMDP;
 - Procedimentos concursais.

A Câmara Municipal mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, em cumprimento do princípio pela transparência, no qual se incluem o Boletim Municipal, a página institucional do município na Internet e as páginas do *Facebook* e do *Instagram*, como elementos facilitadores do acompanhamento, fiscalização e crítica da atividade dos órgãos municipais.

II – Direito de Consulta Prévia (art.º 5º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No âmbito do direito de consulta prévia, foi cumprido com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, do Estatuto do Direito de Oposição, foram facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos na Assembleia Municipal, propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, resultando na sua aprovação dentro dos prazos legais, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para 2024.

Foram facultados, com a antecedência prevista na lei, e por correio eletrónico, os assuntos a tratar nas reuniões do Executivo e disponibilizados para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foram fornecidas cópias desses documentos, sempre que solicitadas, com recurso aos meios próprios da Autarquia.

III – Direito de Participação (art.º 6º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

No âmbito do direito de participação o Presidente da Câmara e os Vereadores com funções atribuídas sempre providenciaram, atempadamente, ao envio de informações pertinentes e relevantes, aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal bem como os correspondentes convites para estarem presentes e/ou participarem nos atos, eventos e atividades oficiais que, pela sua natureza, tal se justificou. As informações e convites

respeitaram quer a acontecimentos promovidos pela Câmara Municipal, quer a outros em que o Município foi convidado a intervir. Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou membros da Assembleia Municipal.

O direito de participação foi, também, assegurado à Oposição, através da possibilidade de efetuar pronúncias e intervenções, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos, que foram tramitados nos termos legalmente previstos.

Foi igualmente garantido o uso da palavra à oposição nas sessões da Assembleia Municipal e nas reuniões da Câmara Municipal, quer no “período antes da ordem do dia”, quer no “período da ordem do dia”, conforme estabelecido nos respetivos regimentos das sessões/reuniões.

Foi ainda garantida a auscultação prévia dos membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal aquando da elaboração das atas das reuniões/ sessões e antes da respetiva aprovação.

Foram publicadas integralmente, por transcrição nas respetivas atas e respetivos resumos, todas as declarações de voto apresentadas nas reuniões/sessões.

IV – Direito de Depor (art.º 8º, da Lei nº24/98, de 26 de maio)

Uma vez que os eleitos acima referidos não intervieram em qualquer comissão, para efeitos do artigo 8º do Estatuto, não esteve o Executivo sujeito a qualquer obrigação neste domínio, pelo que não há nada a referir em relação ao exercício deste direito durante o período em apreço.

V – Resumo da Atividade dos Órgãos

1. Órgão Executivo

- 26 Reuniões Ordinárias, das quais 12 foram públicas.

2. Órgão Deliberativo

- 5 Sessões Ordinárias.

Conclusão

Apresentadas que foram as grandes linhas de atuação da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, considera-se que foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, durante o ano de 2023, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição. Realçar ainda o facto do Município, em cumprimento do princípio da transparência, manter permanentemente atualizada a informação acerca da gestão municipal no seu site, facilitando o acompanhamento/fiscalização da atividade desenvolvida por parte dos órgãos municipais.

Assim, e em cumprimento do n.º 2 do art.º 10.º, do Estatuto do Direito da Oposição e al. u) do n.º 1 do art.º 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, determino que este relatório seja submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão e aos representantes dos partidos políticos, titulares do Direito de Oposição para efeitos do exercício do direito de pronúncia.

Determino ainda que, em cumprimento do estatuído na alínea u), do nº1 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, após o exercício do referido direito de pronúncia pelos titulares do direito de oposição, o presente relatório seja publicitado na página da Internet do Município, em www.cm-vvrodao.pt.

Vila Velha de Ródão, 26 de fevereiro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal